



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

PROJETO DE LEI Nº 1.562, DE 2015

Disciplina o trânsito por propriedades privadas para o acesso a sítios naturais públicos.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO Nº 2

Acrescente-se ao projeto de lei o seguinte art. 5º, renumerando-se o anterior:

“Art. 5º O acesso aos sítios naturais situados dentro de unidades de conservação, sejam elas federais, estaduais ou municipais, pode ser feito sem acompanhamento ou a contratação de guias locais, desde que o turista:

I – solicite autorização à administração da unidade;

II – declare possuir a necessária capacidade técnica para realizar o acesso pretendido, de acordo com o seu nível de risco ou dificuldade;

III – disponha dos equipamentos e sistema de apoio logístico adequados;

IV – respeite o plano de manejo da unidade de conservação, se existente, e outras normas regulamentares pertinentes; e

V – assine Termo de Reconhecimento de Risco, declarando ciência dos possíveis riscos associados.

Parágrafo único. A administração da unidade de conservação pode exigir o pagamento de seguro por dano pessoal ou para o resgate do turista em caso de acidente.”.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2015.

Deputado ÁTILA LIRA
Presidente